

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *O Estado*

Class.: *13.09.85*

Data: *13.09.85*

Pg.: *13*

Caingangues rompem cerco e entram no STF com interpelação judicial

Rompido o cerco da Polícia Militar, os índios do Toldo Chimbanguê, no Oeste de Santa Catarina, apoiados por entidades de defesa das nações indígenas, dão uma "cartada" decisiva: Entraram, ontem, no Supremo Tribunal Federal com interpelação judicial ao Presidente da República José Sarney.

A medida é tomada às vésperas da reunião de segunda-feira, quando três ministros, juntamente com o Governador Amin e o prefeito de Chapecó, Ledônio Migliorini, decidem a disputa em torno da questão da propriedade de 1 mil 885 hectares de terras.

NEGOCIATA

A interpelação judicial é assinada pelo advogado Júlio Gaiger, inscrito na OAB do Rio Grande do Sul e assessor jurídico da Anai - Associação Nacional de Apoio ao Índio. Ele também é autor da pesquisa realizada em cinco Estados da Federal (já publicada em forma de livro) mostrando toda a "negociata" feita com a terra dos Caingangues do Oeste catarinense.

Segundo ele, as terras pertencem aos índios por "direito imemorial" embora os colonos da Sede Trentin apresentem os títulos de propriedade devidamente registrados em cartório e residam no local há muitos anos, algumas pessoas já são nascidas na comunidade.

Explicando a medida, Gaiger disse que a interpelação judicial é uma pergunta feita a alguém através do judiciário. No caso específico, o advogado faz três perguntas ao Presidente da República e, na forma da lei, solicita resposta no prazo de 10 dias após a intimação.

A Anai, através da interpelação, quer saber: Primeiro, "por que o procedimento para demarcação de terras indígenas, estatuído pelo Decreto 88.118/83, foi rompido em relação ao Toldo Chimbanguê, considerando o resultado da reunião do Grupo Interministerial de Trabalho, do dia 30 de maio do ano em curso?"

Segundo, "a proposta apresentada aos Caingangues pelo senhor secretário-geral do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, para que aceitassem a redução da área que já fora reconhecida como de ocupação indígena, corresponde à política indigenista oficial do Governo presidido pela Digna Autoridade Interpelada?"

Terceiro, "considerando as condições subumanas em que sobrevive a comunidade Caingangue do Toldo Chimbanguê, e a angústia que sofrem os ocupantes não-indígenas da área, que me-

didada tomará o Governo presidido pela Excelentíssima Interpelado para restituir aos Caingangues a posse e o usufruto exclusivo de sua terra? Em que prazo serão tomados tais medidas?"

PÁTRIA

"A terra do índio é onde ele vive, é a pátria dele", frase do professor Darci Ribeiro, citada pelo advogado Julio Gaiger para protestar contra a proposta do prefeito de Chapecó, Ledônio Migliorini, de transferir os Caingangues para uma área do outro lado do rio Irani.

"Para o índio — disse — é importante o referencial cultural representado pelos locais de pesca, caça, pelo cemitério onde estão enterrados os ancestrais. Em qualquer outro local eles se sentirão exi-

lados, como os palestinos".

Assim, os Caingangues, do Toldo Chimbanguê, não vão aceitar as terras do outro lado do rio garantidas. Sebastião da Veiga Koyoi, entrevistado ontem juntamente com o assessor na Anai, na sede do escritório da CNBB em Florianópolis. (O nome do Toldo foi dado em homenagem ao cacique Chimbanguê, já falecido. A palavra refere-se a um tipo de mosquito).

Finalizando, Julio Gaiger (29 anos, pai de um filho, há oito anos ligados à causa indígena) disse que o clima de tensão hoje no Toldo é grave: "Transformaram

a aldeia num campo de concentração". Concluiu: "A greve de fome de dois indigenistas do Cimi foi suspensa devido a promessa do Ministro Costa Couta de resolver a questão nesta segunda-feira.



A interpelação foi assinada pelo assessor jurídico da Anai, J. Gaiger